
Centro de excelência da água e saneamento

Portugal e a Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa assinaram um memorando de entendimento para instalação no País do Centro de Excelência da Água e Saneamento.

O memorando foi assinado pelo Secretário de Estado do Ambiente, Carlos Martins, e pelo Secretário Executivo da Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa (CENUE), Christian Friis Bach.

Este Centro Internacional visa estabelecer e desenvolver cooperação, promovendo as iniciativas de parcerias público-privadas da CENUE e, em particular, as normas internacionais destas parcerias desenvolvidas pelo Centro Internacional de Excelência de parcerias público-privadas da CENUE, como ferramentas para o desenvolvimento social e económico e um meio para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A assinatura deste acordo vai apoiar o desenvolvimento do Programa PPP Pessoas-Primeiro da CENUE e as suas equipas de projeto internacionais que desenvolvem normas para PPP no sector da água e do saneamento e, através da identificação das melhores práticas internacionais, prestar assistência aos países de rendimento baixo e médio que considerem este programa como uma solução viável para os serviços de abastecimento de água e saneamento.

A fase inicial da instalação do centro passa pela criação e formalização de uma rede capaz de produzir conhecimento na área, juntando universidades, politécnicos, centros de investigação, empresas públicas e internacionais e organizações internacionais do sector.

“Vamos empenhar-nos fortemente para começar a trabalhar e criar uma equipa que possa fazer essas pontes que agora são necessárias para criar a rede do ponto de vista formal, mas teríamos muito desejo que em 2018, logo desde o início, sejamos capazes poder dar resposta a qualquer solicitação que venha dos países das Nações Unidas ou dos bancos que financiam projetos”, disse o secretário de Estado do Ambiente.

O centro, que ficará sediado no LNEC, “terá uma

estrutura minimalista, uma vez que será muito flexível àquilo que for a procura de aconselhamento por parte dos países” e “não tem um valor de custos de operação ainda definido”, que será maior ou menor consoante o sucesso” da sua acção, referiu Carlos Martins.

“Não há compromissos financeiros nem das Nações Unidas nem de Portugal, mas não podemos esquecer que este sector para cumprir os objectivos do Milénio vai ser altamente financiado pelo Banco Mundial, pelo Banco Europeu de Investimento, pelo Banco Africano de Desenvolvimento, e outros que financiam habitualmente estas políticas públicas sectoriais, e será seguramente no âmbito desses projectos promovidos por essas instituições financeiras que irão alavancar aquilo que será o financiamento em velocidade cruzeiro deste centro”, acrescentou.

As alterações climáticas serão uma área de trabalho prioritária, disse o secretário de Estado do Ambiente, que sublinhou que vão trazer “com certeza grandes alterações na distribuição do recurso água a nível do planeta”.

O secretário de Estado disse que há áreas de intervenção em que o centro está “muito apostado”, como a da “formação e capacitação técnica”, a organização de eventos, “de carácter bianual” e que permitam trazer a Portugal “os melhores especialistas nas áreas que na altura forem críticas no domínio da água e saneamento” com o objectivo que saiam do país “as linhas estratégicas principais para as políticas mundiais no sector”.

Fonte (Ministério do Ambiente e Lusa).

Portugal neutro em carbono em 2050

O Ministro do Ambiente, na abertura da cerimónia de comemoração dos 10 anos da parceria internacional de acção para o mercado de carbono, afirmou que Portugal tem como objectivo ser um país neutro em carbono até 2050

A ICAP (Internacional Carbon Action Partnership) constituída durante a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia é um fórum de trocas de experiências nestas matérias.

“Os fundadores do ICAP estavam bem cientes dos controlos importantes das emissões que requeriam soluções como os mercados de carbono”, assim como da complexidade e da dificuldade de colocar em prática e que o ponto fundamental era a “troca de experiência” entre as partes”. «Para esta muito exigente tarefa, é necessária a vontade de toda a sociedade, das parcerias estabelecidas com a União Europeia e com os seus membros, mas também com outras jurisdições», sublinhou o Ministro.

Nesta sessão, entrevistaram representantes governamentais da Alemanha, Japão, México, Ucrânia, Califórnia (Estados Unidos), Nova Iorque (Estados Unidos).

Ao longo do dia decorrem discussões, por exemplo, sobre a cooperação internacional do mercado de carbono, a negociação de emissões e as estratégias climáticas a longo prazo.

O mercado de carbono é um instrumento com perspectiva comercial e ecológica, desenvolvido como uma forma de incentivo para o cumprimento das regras de redução de emissão dos chamados gases de efeito estufa, estabelecidas pelo Protocolo de Quioto.

Fonte (Ministério do Ambiente)

Comissão Permanente da Seca 2017

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2017, de 7 junho - Criou a Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca e o Grupo de Trabalho

Este diploma criou também um Grupo de Trabalho com o objetivo de assessorar tecnicamente a Comissão, que tem, de entre outras, a função de:

“Produzir relatórios mensais de monitorização dos fatores meteorológicos e humidade do solo, das actividades agrícolas e dos recursos hídricos, cuja periodicidade deve ser intensificada quando seja detetada uma situação de anomalia ou declarada uma situação de seca, sendo que nestas situações os relatórios passam também a incluir as estimativas de consumo ou utilização pelas principais atividades, nomeadamente o abastecimento público, a agricultura, a produção de energia e indústria com maiores consumos de água”

Na sequência da primeira reunião da Comissão Permanente da Seca realizada a 19 de julho de 2017, foi aprovado o Plano de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca e o conjunto das medidas de prevenção, de regulação, de mitigação e de apoio.

O Plano está estruturado em três eixos de atuação — Prevenção, Monitorização e Contingência -, integrando no seu conteúdo a determinação de limiares de alerta, a definição de metodologias para avaliação do impacto dos efeitos de uma seca, a conceção de manuais de procedimentos para padronização da atuação, a disponibilização de planos de contingência e a preparação prévia de medidas para mitigação dos efeitos da seca.

O Plano de Prevenção, Monitorização e Contingência para Situações de Seca - Despacho n.º 6399/2017, de 24 julho - Reconhece a existência de uma situação de seca severa (agrometeorológica) no território continental, desde o dia 30 de junho de 2017, que consubstancia um fenómeno climático adverso, com repercussões negativas na atividade agrícola. Os relatórios mensais compilam os parâmetros acompanhados pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P. (IPMA), pelo Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP), em ligação com as Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP) e com Instituto Nacional de Estatística (INE), pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e pela Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural e encontram-se disponíveis em www.gpp.pt/relatorios.

Fonte: www.apambiente.pt e www.gpp.pt